

O EMPREGO DE UMA EQUIPE DE ASSUNTOS CIVIS, EM APOIO A UM BATALHÃO BRASILEIRO DE FORÇA DE PAZ, NO LÍBANO: UMA PROPOSTA

1. INTRODUÇÃO

A projeção e o reconhecimento internacional que o Exército Brasileiro obteve fruto de sua histórica participação em missões de paz, desde 1946, levou a Organização das Nações Unidas (ONU) convidar o Brasil a enviar tropas para a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

Inicialmente, o Brasil assumiu o comando da Força Tarefa-Marítima (FTM), com o planejamento de enviar uma tropa de força de paz valor batalhão.

Para o cumprimento da missão, é fundamental a preparação de militares com conhecimento específico sobre o ambiente operacional, que apresenta características políticas, econômicas, psicossociais e militares particulares.

Para esse desafio, a preparação de uma equipe de Assuntos Cívicos (Ass Civ) será importante para o estabelecimento de relações permanentes e seguras com a população daquela nação.

A seguir, serão apresentadas ideias referentes à preparação de militares com conhecimento na atividade de Assuntos Cívicos (Ass Civ), para esse apoio a uma força de paz brasileira na missão no Líbano.

2. DESENVOLVIMENTO

Os tópicos que serão apresentados compõem parte das informações de um Levantamento Estratégico de Área de Ass Civ, permitindo o conhecimento inicial das particularidades do ambiente de atuação e possibilitando a obtenção de dados que permitam a criação de um espaço seguro para os militares brasileiros.

Os tópicos são resumidos e não esgotam a preparação, servindo como base para um conteúdo inicial de adestramento da tropa.

a. Antecedentes

Quanto aos **antecedentes históricos**, após a Primeira Guerra Mundial, a França adquiriu um mandato sobre a parte norte do antigo Império Otomano, onde demarcou a região do atual Líbano, em 1920, e lhe concedeu independência em 1943.

Desde a independência, o país foi marcado por períodos de turbulência política e conflitos, intercalados com prosperidade construída sobre a posição estratégica, como um centro regional de finanças e comércio.

A **Guerra Civil** libanesa ocorrida, entre 1975 e 1990, teve seus antecedentes delineados nos conflitos políticos e compromissos firmados, após o fim da administração otomana na região. O conflito se agravou fruto das mudanças na composição demográfica libanesa, pelo afluxo de refugiados palestinos, entre 1948 e 1982, e pelas disputas inter-religiosas, entre facções cristãs maronitas¹ e muçulmanas, além do envolvimento da Síria, de Israel e da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) que buscavam projetar poder sobre o Líbano.

A guerra teve quatro etapas principais:

- **de 1975 a 1977**, com enfrentamentos e massacres entre as comunidades religiosas, e uma intervenção síria por petição do Parlamento Libanês;

- **entre 1977 e 1982**, caracterizada por uma intervenção israelense, no sul do país, mediante a Operação Litani;

- **de 1982 a 1984**, com a invasão de Israel, a tomada de Beirute e a posterior intervenção das Nações Unidas; e

Maronitas - é uma Igreja particular sui iuris católica, do rito oriental, em plena comunhão com a Sé Apostólica, ou seja, reconhece a autoridade do Papa, o Sumo Pontífice da Igreja Católica.

- **entre 1984 e 1990**, com os Acordos de Taif², firmados na Arábia Saudita, criando as condições para o final definitivo dos conflitos em 1990.

Depois de um intervalo nos combates, em 1976, devido à mediação da Liga Árabe e a intervenção militar da Síria, persistiram conflitos entre palestinos e libaneses, com a luta direcionada para o sul do Líbano, ocupado inicialmente pela OLP, e depois por Israel.

Na década de 70, Beirute foi deixada em ruínas, como resultado do massacre de Karantina³, realizado por milícias cristãs libanesas, em 1976, pelos bombardeios do exército sírio aos bairros cristãos, em 1978 e 1981, e pela invasão israelense que expulsou a OLP do território libanês em 1982.

Acusações de atrocidades e atos terroristas cometidos pelas Falanges libanesas, por Israel e por grupos palestinos, entre os quais, o massacre de Damour, onde palestinos mataram cerca de 600 habitantes cristãos, da cidade ao sul de Beirute, e o massacre de Sabra e Shatila, quando as falanges cristãs maronitas massacraram cerca de 3 mil civis palestinos e refugiados durante três dias.

Com a invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, as tensões se reduziram até o final definitivo do conflito no início da década de 90. Forças de Israel continuaram presentes, no sul do Líbano, na "zona de segurança" (uma área-tampão para impedir ataques sobre o norte israelense), até a sua retirada em 2000.

A Síria, que controlava o resto do território libanês, em 2005, foi obrigada a abandonar o país após a pressão conjunta criada por manifestações populares e a intervenção diplomática dos Estados Unidos, da França e das Nações Unidas, como consequência do assassinato de Rafik Hariri, famoso líder político libanês.

No **campo político**, o Líbano é uma república dividida em seis províncias administrativas e tem como data de comemoração da independência o dia 22 de novembro.

Sua primeira Constituição foi promulgada, em 23 de maio de 1923, sofrendo várias alterações, a mais recentemente em 1990, para incluir as mudanças exigidas pela Carta libanesa de Reconciliação Nacional (Acordo de Taif) de outubro 1989. Apresenta uma assembléia nacional unicameral, com base no sectarismo representativo, possuindo 24 grupos/partidos políticos. A lei eleitoral prevê o voto para maiores de 21 anos de idade, sendo obrigatório para todos os homens e autorizado para as mulheres com ensino fundamental, sendo os militares excluídos do processo eleitoral.

A **estrutura jurídica** se divide em dois níveis: alta corte e cortês subordinadas. Ela é mista de direito civil, com base no código Civil francês, na tradição legal Otomano e nas leis religiosas que cobrem o estatuto do pessoal, do casamento, do divórcio e outras relações familiares judaicas, islâmicas e das comunidades cristãs. Internacionalmente, o país não participa de instrumentos jurídicos.

No **campo econômico**, o País se estruturou no livre comércio, fruto de sua histórica vocação comercial e de sua posição geo-estratégica. O governo libanês incentiva o investimento externo, que sofre restrições pela defasagem da legislação comercial do país.

Os períodos de conflito impactaram negativamente a infraestrutura comercial, conduzindo o país a um colapso econômico. A partir dos anos 90, o Líbano conseguiu reconstruir sua infraestrutura física e econômica, com apoio de empréstimos externos, levando a economia a um crescimento médio de 6% ao ano de 2007 a 2012.

Quanto a **infraestrutura energética e de telecomunicações**, o país consome atualmente cerca de 95% da energia que produz, a qual atende a todo o país, apresentando a necessidade de ampliação da capacidade produtiva para apoiar os

Acordos de TAIF - é a designação para um documento de nome oficial **Carta Nacional de Reconciliação** aprovado em 22 de Outubro de 1989, na cidade de Taif, Arábia Saudita, que acabou com a guerra civil no Líbano, que se desenrolava desde 1975.

Karantina - é uma área residencial na parte oriental da Beirute, palco de um massacre de xiitas, curdos e palestinos por milícias cristãs-libanesas durante a Guerra Civil Libanesa.

diversos projetos de expansão econômica. Além disso, possui duas operadoras de telefonia celular, sete redes de televisão, dois canais internacionais e trinta estações de rádio, além de amplo acesso a internet com sítios eletrônicos em diversas línguas, inclusive em português. Essa infraestrutura permite uma ampla comunicação da população libanesa com os residentes fora do país.

No **campo psicossocial**, a vinda de libaneses para o Brasil é antiga, tendo o país a maior colônia fora do território Libanês. A presença remonta à época colonial, fruto das relações comerciais que Portugal mantinha com a Síria.

A segunda metade do século XIX, foi a principal época de entrada dos imigrantes de 1820 a 1920. A maioria veio ao país, fugindo da falta de perspectiva econômica da região, então dominada pela política turco-otomana.

O Brasil, na época, atravessava a sua primeira fase de urbanização e industrialização, tornando-o propício aos novos negócios, particularmente a criação de indústrias e casas de comércio. Inicialmente, aportaram no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Amazonas e, num segundo momento, deslocaram-se para Minas Gerais. Hoje, estão no Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio Grande do Sul e Paraná, sendo Foz do Iguaçu a maior colônia islâmica no Brasil.

Eles foram um dos grupos de imigrantes que menos sofreram para se adaptar ao Brasil. Em sua maioria de árabes-cristãos, não enfrentaram uma realidade religiosa divergente. Além disso, encontraram uma sociedade extremamente miscigenada e acostuada com a diversidade étnica.

Os árabes, agarrados ao costume da preservação familiar, formaram grandes núcleos por todo o Brasil. Atualmente milhões de brasileiros são descendentes de árabes, devido a esse costume de possuir famílias numerosas, criando fortes laços com o Brasil.

A comunidade libanesa que vive no Brasil, formada em sua maioria por descendentes, é maior do que a população do Líbano. São cerca de 10 milhões de libaneses e descendentes, contra 3,5 milhões no Líbano.

Muitos dos imigrantes libaneses que vivem ou viveram no Brasil colaboraram com o desenvolvimento do país, enviando recursos que propiciaram a construção de hospitais, escolas e bibliotecas.

O **conflito atual** retornou da luta entre opositores e partidários do governo sírio. Ele envolve confrontos sectários entre militantes pró-Síria e anti-Síria.

Em maio de 2012, o conflito se espalhou por Beirute. Em agosto do mesmo ano, ocorreu uma escalada da violência, com um confronto sectário, irrompendo, em Trípoli, entre os sunitas simpatizantes e opositores ao governo sírio.

O atual governo é dominado pela Aliança 8 de Março, que é considerada como sendo solidária a Bashar AL-Assad. Existem indícios de que rebeldes da oposição síria estariam usando o Líbano como refúgio e rota de contrabando de armas, além do apoio de voluntários libaneses.

Dessa forma, o regime sírio retaliou várias vezes o país a fim de enfraquecer os militantes da oposição, conduzindo bombardeios contra a fronteira libanesa e utilizando aeronaves, artilharia e foguetes. Esses incidentes tornaram o ambiente inseguro, agravando a situação social dos refugiados.

As possibilidades dos Assuntos Civis nesse ambiente

Os Ass Civ têm por objetivo obter a cooperação e o apoio da população civil, minimizando a sua interferência na operação e, também, reduzindo o efeito das operações militares no dia-a-dia da população.

Assim, durante as operações deve ser buscado o estabelecimento de relações, entre os militares, às autoridades civis e a população do país ou da área em que as forças estão sendo empregadas.

O marco inicial para o planejamento das ações de integração com a população é o mandato original da missão, que previa a confirmação da retirada das tropas de Israel do Líbano, a restauração da paz e da segurança internacional, na região, e a ajuda ao Governo libanês na recuperação de sua autoridade efetiva na área.

A partir de 2006, o mandato original, foi modificado sendo incluído: o monitoramento da cessação das hostilidades, o acompanhamento e o apoio às forças armadas libanesas em seu desdobramento em todo o sul de Líbano, a garantia ao apoio humanitário às populações civis e o retorno seguro e voluntário dos deslocados pelo conflito.

O conhecimento dessas informações, referentes a missão da UNIFIL, são fundamentais para orientar as atividades que serão planejadas pela equipe de Ass Civ. Dentro desse contexto e baseado nas informações levantadas, poderão ser realizadas as seguintes ações em prol do mandato:

- ações cívico-sociais, em áreas de interesse operacional do batalhão;
- cooperação e coordenação de atividades com as diversas agências da ONU;
- apoio logístico e de segurança no acolhimento à refugiados;
- apoio logístico à ajuda humanitária aos refugiados;
- segurança e balizamento de eixos de deslocamento de refugiados, entre outras atividades.

Para conduzi-las é necessário a seleção de militares com características profissionais específicas para o desempenho da função, tais como: curso de Assuntos Cívicos ou de Cooperação Civil-Militar (CIMIC), conhecimento de idioma, capacidade de mediação e negociação, conhecimento em 1º socorros, capacidade de administração de informações civis (LEA) e de projetos, quando necessário.

A constituição da equipe, com profissionais com essas qualificações, permitirá o planejamento das ações baseados no mandato, nas diretrizes do comandante BIFPaz e na integração com as diversas agências da ONU; com o Governo Libanês; com Organizações Não-Governamentais (ONG); com o estado-maior da missão, com líderes locais e com a comunidade para a obtenção do maior aproveitamento e êxito nas ações.

A equipe poderá ser chefiada pelo Chefe da Seção de Assuntos Cívicos (G9) e tendo como constituição a proposta abaixo:

Posto/grad	Efetivo	Habilitações	Função
TC/Maj	1	Curso Ass Civ/ inglês	G9
Cap	1	Curso Ass ou CIMIC/inglês	Adj G9
Cap	1	Curso Ass ou CIMIC/inglês	Ch COAC (1)
Ten	1	CIMIC/inglês	Ch COAC (1)
Ten	1	CIMIC	Of Saúde (2)
ST/Sgt	1	Estg Ass Civ ou CIMIC	Aux – Saúde (2)
ST/Sgt	1	Estg Ass Civ ou CIMIC	Aux - Comunicações
ST/Sgt	1	Estg Ass Civ ou CIMIC/inglês	Aux
ST/Sgt	1	Estg Ass Civ ou CIMIC/inglês	Aux
ST/Sgt	1	Estg Ass Civ ou CIMIC	Aux

(1) –chefes do Centro de Operações de Ass Civ quando ativados e instalados fora da base do Btl.

(2) - convocado quando necessário para apoio à equipe.

Ela poderá prover apoio ao comando, planejando e coordenando junto às companhias do Batalhão as ações de Ass Civ. O emprego dos meios orgânicos para a execução das atividades terá como foco a redução dos impactos das ações do Batalhão sobre a vida da população e a interferência dela nas ações militares planejadas, criando um ambiente favorável às relações, entre a tropa e a comunidade, trazendo segurança para ambas as partes.

Na fase do preparo, o estudo dos antecedentes permitirá entender a cultura e os fatores que determinam o comportamento da população. Esse conhecimento

balizará a preparação dos militares para a adoção de atitudes que evitem comportamentos inadequados, que possam gerar situações que ameacem à segurança ou que levem a conflitos com a população.

O estudo do idioma inglês, muito falado entre os integrantes da missão, além do francês e do árabe, permitirá uma melhor integração com a comunidade libanesa, reforçado pela possibilidade do uso do idioma português, como um idioma auxiliar, para o desenvolvimento de relações mais sólidas com os libaneses, que possuam laços com o Brasil, fruto da longa histórica ligação entre os países.

Uma visita à Embaixada Libanesa para a obtenção de informações atualizadas, contribuirá para a compreensão do ambiente, contribuindo para um melhor planejamento das ações.

A realização de exercícios, com o treinamento das ações planejadas e, se possível, nas condições que serão executadas, simulando os incidentes, com a presença de intérpretes, de agências civis que atuam na missão, permitirá avaliar os efeitos, positivos e negativos, da atuação da tropa e o impacto sobre o comportamento da população, identificando as melhores práticas para as ações.

A criação de indicadores de eficácia e de eficiência, para orientar o acompanhamento e a avaliação das ações que serão executadas na fase de emprego do batalhão, permitirá monitorar os efeitos que se busca alcançar ao fim das ações, além de permitir correções imediatas nas ações em curso, pela identificação de erros durante o acompanhamento dos indicadores estabelecidos, minimizando o risco de atritos e permitindo o melhor emprego dos meios.

A realização de uma Análise Pós-Ação (APA) para registrar os ensinamentos e a sua posterior difusão, como melhores práticas a adotar pelo batalhão, antes do desdobramento na área de operações, fruto do conhecimento anteriormente adquirido.

O Estudo de Situação Civil (AECOPE) prévio, apoiado pelos dados obtidos no reconhecimento da área de operações, permitirá o melhor entendimento do ambiente e atualizará as informações para a fase do emprego.

Na fase do emprego, a busca de contato com integrantes do governo, lideranças locais, ONG e a população da área de atuação do Batalhão, permitirá a construção de relações sólidas, contribuindo para a aceitação da tropa e facilitando a execução dos planejamentos que atendam aos interesses e necessidades da missão e da comunidade.

A confecção de um banco de dados com os contatos, locais de interesse e as características da área, dará aos

militares de Ass Civ a capacidade de assessorar melhor e atender as necessidades operacionais.

A confirmação dos dados do Estudo de Situação Civil – Áreas, Estruturas, Capacidades, Organizações, Pessoas e Eventos - permitirá o conhecimento da área de operações e de todos os elementos que a integram.

Para permitir a melhor interação entre os diversos grupos envolvidos, o estabelecimento de um Centro de Operações de Assuntos Civis (COAC), permanente ou temporário, conforme a necessidade e o nível de segurança externa a área da base, contribuirá para a criação de relações de confiança, aproximando a tropa da população.

No COAC, poderão ser realizados os contatos iniciais e reuniões para a coordenação das atividades propostas, além do recebimento das lideranças, quando necessário. Essas lideranças estarão presentes no COAC, junto com representantes de lideranças religiosas locais, do governo, integrantes de agências da ONU, de ONG.

Nele as ações poderão ser discutidas, as discordâncias mitigadas e as atividades aceitas por todos, de forma a permitir a ampla participação dos agentes citados e principalmente da população da área de operações, podendo ser o militar de Ass Civ o moderador e representante do comando nas discussões de interesse do Batalhão.

Quando da execução da atividade, um ambiente positivo já estará previamente construído, contribuindo para a obtenção do estado final desejado para a missão – um ambiente seguro e estável.

Para a realização das atividades com o emprego das companhias orgânicas do Batalhão, deverá ser feita uma preparação prévia dos militares, pela equipe de Ass Civ, para a orientação sobre os aspectos específicos da forma de interagir com a população, evitando comportamentos indesejáveis que gerem crises e conflitos que possam dificultar o cumprimento da missão.

A integração com as capacidades Comunicação Social, Inteligência e Operações de Apoio à Informação permitirá a união de esforços em torno do terreno humano.

Dessa forma, o apoio da **Comunicação Social**, na ampliação do alcance das informações de interesse da tropa para à população da área de operações, estabelecerá um canal de confiança e respeito com a comunidade e com outros públicos de interesse. A atuação permitirá a divulgação à imprensa das ações executadas, com correção e precisão, evitando versões distorcidas vindas de outras fontes, dissipando qualquer dúvida quanto à missão que a tropa desempenha.

A integração com a **Inteligência** permitirá o acesso às análises de risco, fruto da possibilidade de ações de grupos contrários à missão em atividades planejadas e o conhecimento de assuntos que podem se tornar um fator causador de conflitos entre a tropa e a população local se ignorados ou mal interpretados.

A integração com as **Operações Apoio a Informação (OAI)** permitirá aos Ass Civ auxiliar na avaliação dos resultados das campanhas, informando a possibilidade de saturação e de insensibilidade do público-alvo pelo excesso de ações nessa área e ainda a inclusão de objetivos das OAI nas atividades executadas pelos Ass Civ.

3. CONCLUSÃO

O correto adestramento e preparação da equipe Ass Civ contribuirá para que a tropa brasileira consiga atender as demandas acordadas no mandato da missão. O conhecimento do processo de formação psicossocial, econômico e político, mostra que o ambiente operacional é peculiar e diferente do que se encontrou no Haiti, aumentando o grau de complexidade da missão.

O conflito religioso exigirá um comportamento imparcial da tropa no cumprimento de sua missão, a fim de não degradar o nível de segurança.

O atual conflito na Síria pode se tornar um fator de agravamento do quadro humanitário e de segurança, exigindo uma ação cuidadosa no trato com a população e com os refugiados.

Nesse contexto, o militar de Ass Civ poderá contribuir para a manutenção de um ambiente estável e positivo para a tropa, em sua área de operações, nas diversas atividades focadas no mandato da missão.

O perfil adequado e a interação entre a tropa e a população reduzirão resistências, possibilitando êxito no estabelecimento de uma convivência pacífica e respeitosa, entre as nossas tropas e a população, a qual possui uma histórica ligação com o Brasil.

A atuação dos Ass Civ poderá contribuir para o esforço principal missão, atendendo as necessidades da missão e contribuindo para aumentar o

protagonismo conquistado pelas tropas de paz brasileiras fruto do êxito de sua atuação em missões de paz pelo mundo.

CARLOS EDVALDO TORRES SANTOS – Tenente-Coronel – CCOMSEx -
carlostorres@ccomsex.eb.mil.br – Mestre em Operações Militares